

# REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE ANTROPOLOGIA EM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINARES

Lúcia Helena Alves Muller  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Esse texto é uma elaboração acerca de algumas das questões que foram alvo de discussão durante a *Jornada de Reflexões sobre o Ensino de Antropologia no Rio Grande do Sul*, que aconteceu em Porto Alegre, em 20 de junho de 2005.

A realidade dos cursos de pós-graduação interdisciplinares é muito variada, sendo muito difícil e arriscado se fazer afirmações generalizantes sem o respaldo de um levantamento sistemático de informações. Numa abordagem bastante rápida e impressionista, pode-se dizer que há cursos de pós-graduação multidisciplinares em que a antropologia tem uma participação muito importante em função do recorte teórico ou das temáticas privilegiadas; é o que acontece em alguns cursos da área de história ou em cursos voltados para temáticas específicas, como a de gênero, por exemplo. Nesse tipo de curso, é possível encontrar a antropologia partilhando em pé de igualdade com outras disciplinas as linhas de pesquisa e, principalmente, a responsabilidade pela formação teórica e metodológica dos alunos.

Existem outros cursos em que a antropologia pode ter uma participação restrita em termos do número de disciplinas oferecidas; essa participação tem, no entanto, grande visibilidade e é muito valorizada. Esse tipo de situação resulta, certamente, da existência de um trabalho de pesquisa interdisciplinar já consolidado, o acontece mais facilmente em cursos de pós-graduação voltados para áreas do conhecimento

em que a antropologia já tem alguma tradição de pesquisa, como, por exemplo, a área da saúde e, mais recentemente, a área do direito. Em geral, a criação e a manutenção desse trabalho interdisciplinar são frutos da existência, na mesma instituição, de um programa de pós-graduação em antropologia cujos núcleos de pesquisa foram capazes constituir linhas de trabalho a partir do seu próprio enfoque disciplinar. São esses núcleos que sustentam a participação dos antropólogos nos espaços interdisciplinares que eles constroem junto às outras áreas. Esse processo tende a acontecer apenas nas grandes universidades (em geral, públicas).

O crescimento da antropologia no Brasil das últimas décadas, que se deu através da criação de programas de pós-graduação de alto nível nas maiores universidades brasileiras, foi o responsável, também, pela formação de uma geração de antropólogos que se espalhou pelo país, acompanhando o processo de crescimento do ensino superior. Apesar de bem formados, muitos desses antropólogos trabalham como docente em instituições de ensino que não oferecem, e provavelmente nunca vão oferecer, cursos de pós-graduação em ciências sociais. E as chances de serem oferecidos cursos de pós-graduação em antropologia nessas instituições são mais remotas ainda.

A criação de novos cursos de pós-graduação em antropologia não se viabiliza facilmente em instituições de ensino privadas ou comunitárias, nem nas de pequeno e médio porte. Na maioria dessas instituições, em que não há nem mesmo um curso de graduação em ciências sociais, os antropólogos são contratados para dar aulas em outros cursos de graduação. A possibilidade que esses antropólogos têm de atuar em pós-graduação está limitada a uma colaboração periférica em cursos de outras áreas ou à criação de novos cursos interdisciplinares.

Nos cursos de pós-graduação em que a disciplina antropologia participa de forma periférica, como fornecedora de conteúdos complementares, as questões e problemas que se colocam aos professores são as mesmas que eles enfrentam em suas atividades junto aos cursos de graduação em áreas que não as ciências sociais. Isso porque, em geral, eles estarão

oferecendo aos alunos o primeiro, e provavelmente o único, contato que os estudantes terão com a disciplina antropológica.

Não cabe imaginarmos que esses professores formarão antropólogos. A sua função nesses cursos é a de apresentar aos alunos conteúdos e instrumentos conceituais mínimos que os habilitem a compreender aquilo que os antropólogos produziram sobre a área de formação e atuação (profissional ou acadêmica) em que eles irão se formar. O que pode ser almejado é que esses alunos se tornem leitores da produção antropológica e que, ao longo da trajetória profissional ou acadêmica que desenvolverão em sua própria área, eles incorporem uma perspectiva relativizadora que os faça complexificar a compreensão da realidade em que se dará a sua prática profissional e a apreensão do conhecimento produzido em seu próprio campo.

Assim, nas universidades menores, sobretudo as que se situam em cidades pequenas ou médias, ou naquelas localizadas no interior dos estados, a única possibilidade que os antropólogos têm de atuar em pesquisa e na formação de alunos em nível de pós-graduação está na articulação com as outras áreas do conhecimento, através dos cursos interdisciplinares. E a maior dificuldade que se coloca à viabilização da sua participação plena nesse tipo de espaço está na inexistência de núcleos de pesquisa em antropologia que tenham maturidade e força institucional suficientes para sustentá-los.

Para que os professores dessas instituições consigam constituir grupos de trabalho e de pesquisa que sejam efetivos, eles precisam estar integrados a redes mais amplas, que sustentem a sua identidade de antropólogos e uma inserção acadêmica sólida. Para isso, o apoio e o intercâmbio com núcleos de pesquisa já consolidados que existem nas grandes universidades são muito importantes. Também é importante o reconhecimento e a valorização, por parte das agências financiadoras e de instituições como a ABA, do trabalho desenvolvido por esses antropólogos, na medida em que a sua atuação ajuda a alargar os espaços de influência da antropologia em termos de campo de trabalho, de frentes de pesquisa, de público para os cursos e publicações da área.

Com relação à participação dos antropólogos na criação de novos cursos interdisciplinares, a atuação da ABA e dos comitês da CAPES é fundamental, não apenas no sentido de apoiar as iniciativas que se mostrarem consistentes, mas principalmente de estabelecer parâmetros externos que ajudem os antropólogos que atuam nesses contextos institucionais na difícil tarefa de alargar o espaço da antropologia, sem correr o risco de perda da especificidade da disciplina no processo de negociação com as outras áreas (exigindo equilíbrio entre as áreas que compõe os cursos, a formação específica dos professores, a existência de projetos de pesquisa em antropologia, o oferecimento de disciplinas cujos conteúdos e bibliografia contemplem as especificidades teóricas e metodológicas da disciplina, etc.).

Com relação aos cursos de pós-graduação em ciências sociais, a problemática se coloca de outra forma, pois, mesmo quando atraem alunos oriundos de outras áreas do conhecimento que não as ciências sociais (o que acontece também nos cursos de pós-graduação em antropologia), eles vêm em busca de uma formação específica em ciências sociais que possa ser incorporada ao seu currículo profissional, e que os habilite plenamente para a atuarem nessa área acadêmica.

Nesses casos, o que se passa é semelhante ao que acontece nos cursos de graduação em ciências sociais. Cada aluno, individualmente, opta por uma das áreas de conhecimento que conformam o curso (antropologia, sociologia e ciência política), dentro da qual construirá o projeto de pesquisa que resultará no seu trabalho de conclusão (de graduação, de mestrado ou doutorado). Essa opção é que lhes forjará uma identidade acadêmica, na medida em que os filiará a uma tradição disciplinar, a uma linhagem teórica e os fará compartilhar do reconhecimento que elas detêm no meio acadêmico. Nesse processo de escolha e de filiação, o orientador tem um papel fundamental.

Sendo assim, um dos grandes desafios que se põem aos professores de antropologia que atuam nesses cursos é o de explicitar e tornar compreensível a especificidade da disciplina antropológica, conquistando os alunos para essa área do conhecimento, ao mesmo tempo em que mantêm o diálogo e o

trabalho em conjunto com as outras disciplinas que compõem o curso. Esse desafio, que pode parecer a formulação de um ideal a ser perseguido por qualquer professor que atue na área da graduação em ciências sociais, é vital para os professores que atuam em cursos de pós-graduação interdisciplinares, na medida em que eles não detêm o monopólio na definição da identidade do curso, nem a exclusividade de acesso aos recursos disponíveis ou da influência na formação dos alunos.

Entre as maiores dificuldades que se apresentam aos professores que atuam nesses cursos de pós-graduação interdisciplinares está, portanto, a precariedade da identidade disciplinar; pois, mesmo entre os cientistas sociais, muitas vezes a antropologia não é reconhecida como portadora de uma forma específica de construção do objeto de pesquisa nem de uma abordagem metodológica própria. Isso se revela, por exemplo, quando se busca contemplar as especificidades da antropologia nos conteúdos das disciplinas de metodologia – que nos cursos de pós-graduação interdisciplinares geralmente são unificadas. O mesmo problema aparece nas avaliações de projetos de pesquisa elaborados pelos alunos, que nesses cursos tendem a ser realizadas por bancas multidisciplinares cujos membros nem sempre reconhecem as particularidades do fazer antropológico.

Nem mesmo na conformação dos instrumentos institucionais para a avaliação dos cursos de pós-graduação interdisciplinares essas especificidades são contempladas. No caso dos cursos de pós-graduação em ciências sociais, a avaliação da CAPES é feita pelo comitê da área da sociologia, o que faz com que eles sejam submetidos aos critérios de avaliação considerados válidos para essa área do conhecimento.

Embora já tenha havido algumas mudanças no processo de avaliação, sobretudo no sentido de já estarem sendo respeitadas as classificações estabelecidas por cada área no que diz respeito às publicações (qualis), e ainda que a criação de um comitê específico para os cursos interdisciplinares pertencentes ao campo das ciências sociais seja inviável atualmente, seria interessante a criação de canais de comunicação sistemáticos entre os comitês das três áreas (sociologia, antropologia e ciência política) para o

estabelecimento de critérios de avaliação que contemplem as especificidades de cada uma, sob pena das avaliações produzirem distorções, não cumprindo plenamente a sua função de instrumento para a melhoria dos cursos.

Outra iniciativa interessante para a melhoria da qualidade da participação da antropologia nos cursos de pós-graduação interdisciplinares seria o estímulo a ser dado às coordenações desses cursos para que enviassem representantes para as reuniões de coordenadores de cursos de pós-graduação em antropologia (que acontecem durante os grandes eventos da área). Essa participação ajudaria a estabelecer uma comunicação mais intensa entre os programas em que a antropologia está presente, promoveria a integração dos cursos na medida em que permitiria o acompanhamento das questões institucionais da área, e forneceria, além disso, uma referência externa que respaldasse a atuação dos docentes de antropologia na manutenção de seu espaço de atuação, bem como na sustentação da especificidade da disciplina no âmbito dos cursos interdisciplinares.

Por fim, levando adiante o trabalho de pesquisa que resultou no livro *O Campo da Antropologia no Brasil* (Trajano Filho e Ribeiro, 2004)<sup>1</sup>, seria muito importante e reveladora a realização de um levantamento mais detalhado sobre o espaço de atuação dos antropólogos para além dos cursos de graduação em ciências sociais e de pós-graduação em antropologia. A produção de um quadro que apresente a realidade desses cursos, que informe sobre o espaço que a antropologia ocupa, sobre as disciplinas de antropologia que são oferecidas, sobre a formação dos professores que as ministram, sobre os núcleos de pesquisa existentes, etc., permitirá a construção de uma visão mais abrangente do campo da disciplina no país, na medida em que revelará com mais precisão o andamento do processo de expansão da disciplina para além das suas fronteiras institucionais tradicionais, processo esse que, com todas as dificuldades e problemas apontados acima, é resultado do sucesso da trajetória que a antropologia vem trilhando no Brasil.

---

<sup>1</sup> Wilson Trajano Filho e Gustavo Lins Ribeiro (orgs.), *O campo da Antropologia no Brasil*, RJ: Contracapa livraria/ABA, 2004.